

A IMAGEM: INTERPRETAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Jane Rita Caetano da Silveira*

Resumo: O propósito deste artigo é apresentar algumas evidências explanatórias da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1995), no tratamento interpretativo/comunicativo da imagem, em contraponto a estudos semióticos baseados em Peirce (1938-1951), especificamente na relação semântica estabelecida entre o signo e seu objeto. Na análise ilustrativa de uma charge, pela Relevância, enfatiza-se a importância fundamental do contexto cognitivo na construção de processos inferenciais para a compreensão, ressaltando-se que a interpretação, indo além da imagem visual, requer habilidades cognitivas e perceptuais, não contempladas no nível explicativo da teoria semiótica, essencialmente fundamentada em código.

Palavras-chave: comunicação humana; cognição; processos inferenciais; imagem visual; semiótica.

1 INTRODUÇÃO

Seja do ponto de vista da semiótica, e das várias abordagens teóricas fundamentadas em códigos, seja do ponto de vista das teorias cognitivas, a imagem tem sido amplamente estudada na área de linguagem e comunicação.

Entre as vantagens de um texto constituído por imagens, de acordo com alguns teóricos, destaca-se o fato de ele ser universal, pois vence a barreira da linguagem, podendo, através de um entendimento imediato, ser compreendido por pessoas de língua e cultura diversas. Outra vantagem, comumente apontada, é a de que a imagem permite uma leitura em menos tempo do que o requerido pelo texto escrito, tornando-a atraente aos potenciais leitores.

Joly (1996) apresenta, ainda, como fator positivo, o aumento do prazer estético e comunicativo na análise de obras constituídas por imagem, ressaltando que a desconstrução desta permite aguçar o sentido da observação e do olhar, aumentando as informações na recepção espontânea das obras.

* Docente nos cursos de Letras e Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutora em Lingüística.

Obviamente, alguns autores posicionam-se desfavoravelmente à predominância da imagem na civilização atual, justificando que o seu excesso contribui para a falta de reflexão lógica dos indivíduos. Entretanto, a presença da imagem é cada vez mais forte e, se não se pode ignorá-la, uma alternativa é explorar o seu estudo.

Neste artigo, iniciamos com diferentes caracterizações da imagem, para depois apresentarmos alguns pressupostos teóricos que a explicam enquanto um elemento comunicativo. Finalizamos com uma análise ilustrativa de como a imagem é compreendida do ponto de vista de uma abordagem cognitiva da comunicação, especificamente, a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1995),¹ em contraponto à abordagem semiótica.

2 CARACTERIZANDO A IMAGEM

Há várias formas de se definir a imagem, dependendo do seu foco de estudo. Para Contrera e Hattori (2003, p. 26), a imagem é “um termo que comumente utilizamos para designar representações gráficas ou verbais de algo que existe ou poderia existir”. Em outras palavras, é a representação de algo por semelhança.

W. J. T. Mitchell (*apud* CONTRERA; HATTORI, 2003), um estudioso da Iconologia, ciência que trata do discurso em imagens e sobre imagens, classifica-as, numa abordagem mais didática, como gráficas (pinturas, estátuas e desenhos), ópticas (geradas pelo espelhamento e projeção), perceptuais (as que nos chegam pelos sentidos e reconhecimento de aparência), mentais (realizadas pelos sonhos, pela memória e pelas idéias) e verbais (descritas pelas palavras e sugeridas por metáforas). Esta classificação não exclui, entretanto, a possibilidade de fusão entre os conceitos para a compreensão do significado da imagem. Afinal, podemos trabalhar uma imagem verbal, sugerida por uma metáfora, e uma imagem mental, gerando uma idéia ou um pensamento.

Indo além de um estudo classificatório, Joly (1996) afirma que a analogia é o ponto comum entre as diferentes significações da imagem. Segundo o autor, uma imagem é, antes de tudo, algo que se assemelha a alguma coisa. Isto se

¹ Esta obra é a 2ª edição de *Relevance: communication & cognition*, publicada originalmente em 1986.

aplica até mesmo quando esta imagem não é concreta: nos sonhos e fantasias, por exemplo, a imagem se parece com a visão natural das coisas. Esta semelhança coloca a imagem na categoria das representações: ela se parece com a coisa, porém não a é, sendo definida, portanto, como signo analógico, que tem na semelhança o seu princípio de funcionamento.

Entretanto, o autor ressalta que a imagem não se caracteriza apenas por ser um signo icônico ou figurativo, já que ela pode inter cruzar diferentes materiais que a compõem para constituir uma mensagem visual. Nesse sentido, a mensagem visual pode ser construída com signos icônicos, que dão a impressão de semelhança com a realidade, jogando com a analogia perceptiva e com os códigos de representação herdados pela tradição de representação ocidental, e com os signos plásticos, que correspondem aos componentes da imagem como a cor, as formas, a composição e a textura.

Para Joly (1996), dentre todas as teorias que podem abordar a imagem (teorias em matemática, em informática, em estética, em psicologia, em retórica, em sociologia, entre outras), a que melhor consegue dar conta do seu conceito, de forma mais geral, “globalizante” e que ultrapassa as suas categorias funcionais, é a teoria semiótica. O autor enfatiza como essencial, para a compreensão da imagem, o fato de ela ser heterogênea, abrangendo, dentro de um limite, diferentes categorias de signo: tanto as imagens, no sentido teórico do termo (signos icônicos, analógicos), quanto os signos plásticos e os lingüísticos, estes relacionados à linguagem verbal.

No presente trabalho, nos referiremos à imagem visual, percebida pela visão e processada inferencialmente para ser compreendida, numa abordagem teórico-cognitiva da comunicação; trata-se, portanto, de um texto, num sentido geral, que carrega e comunica seus próprios significados, dependendo do contexto onde está inserida.

3 EXPLICANDO A IMAGEM DO PONTO DE VISTA SEMIÓTICO E COGNITIVO

Assim como na linguagem verbal a língua é o objeto de estudo, na semiótica é o signo que se encarrega de definir toda e qualquer significação, formando o alicerce da análise da linguagem não-verbal.

A semiótica é entendida, em termos gerais, como a ciência que estuda os signos, os quais são sinais que representam algo, podendo ser objetos perceptíveis ou apenas imagináveis. Em outras palavras, segundo Peirce (1938-51),² signo é tudo aquilo que representa algo para alguém.

Nos moldes desse autor, Santaella (1983, p. 13) define a semiótica como

a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção de significação e de sentido ou, simplesmente, [...] é a ciência dos signos.

A semiótica peirceana tem sido amplamente explorada para investigar processos comunicativos, embora não tenha sido sistematizada para modelos comunicacionais específicos.

Nos estudos dos signos, Peirce apresenta relações triádicas que se traduzem em 10 classes sógnicas, a partir de relações complexas entre signo/signo, signo/objeto e signo/interpretante. Ao considerar a relação de signo com o objeto que representa, o autor distinguiu três tipos de categorias principais de signos: símbolos (relação convencional entre o signo e sua significação), ícones (termo não arbitrário para signos em sua relação [de semelhança] com o objeto) e índices (relação de contigüidade com o objeto).

O ícone, numa relação de similaridade, de comparação, pode ser exemplificado pelo mapa terrestre, que representa a Terra. Como exemplo de índice, poderíamos citar as impressões digitais, que representam quem as fez. E o símbolo, de caráter lógico, convencional, atrelado à cultura pode ser exemplificado pelas palavras, porque representam a língua.

Pela sua forte ligação com a imagem, o nosso interesse aqui está centrado no ícone. Na verdade, segundo Santaella (2000), a imagem é citada como exemplo de ícone, pois a qualidade de sua aparência é semelhante à qualidade da aparência do objeto que representa. Dizendo de outro modo, o ícone é um signo que tem alguma semelhança com o objeto representado.

² Peirce, filósofo e lógico norte-americano, é considerado o fundador da semiótica moderna.

Dessa forma, a convencionalidade ou arbitrariedade dos símbolos, fundada na consciência ou conhecimento da convenção pelo usuário, contrasta com o que poderia ser chamado de naturalismos dos signos icônicos. Os signos, então, podem ser naturais, que procedem da natureza e que aprendemos a interpretar (nuvens escuras no céu são sinais de chuva), ou convencionais, produzidos por um grupo social, com determinantes culturais, que são diferenciados de sociedade para sociedade, e que decorrem de qualquer interferência do homem na natureza: costumes, crença, língua, alimentos, entre outras.

Na relação triádica de Peirce (1940), o signo passa por três etapas, até ser definitivamente decodificado por nossa mente ou não: objeto – é a representação do signo; *representamen* – tem a função de representar o objeto; e interpretante – constitui o efeito mental produzido pelo signo. O interpretante é “ad infinitum”, pois sempre gerará outros e outros signos. Ou, de acordo com a definição do autor, o sentido de um signo seria outro signo pelo qual ele poderia ser traduzido.

Como ressalta Eco (1991, p. 60), para Peirce, cada interpretante (expressão que traduz uma expressão anterior) amplia a compreensão do conteúdo do signo: o conteúdo interpretado permite ir além do signo originário e entrever a necessidade da futura ocorrência contextual de um outro signo.

Os estudos modernos geralmente atribuem a definição de pragmática como um dos ramos da semiótica a Morris (1938)³ que, para tentar estabelecer a forma geral de uma ciência de signos, distinguiu três ramos de investigação: sintaxe (relações formais entre signos), semântica (relações entre signos com os objetos do mundo que designam) e pragmática (relações entre signos e seus usuários ou intérpretes.) Esta classificação tríplice, tornada mais explícita e conhecida através de Morris, deve-se, entretanto, a Peirce, cujo trabalho tem influenciado, mesmo que de forma indireta, muitos dos estudos dentro da teoria dos signos ou da significação.

O uso do termo pragmática, por outro lado, dentro da filosofia analítica, teve forte influência do filósofo e lógico Carnap, que reinterpretou a tricotomia de Morris da seguinte maneira:

³ Reimpresso em 1971.

Se numa investigação é feita uma referência explícita ao falante, ou, em termos mais gerais, ao usuário da linguagem, então a atribuímos (a investigação) ao campo da pragmática. Se abstraímos do usuário da linguagem e analisamos apenas as expressões e suas denotações, estamos no campo da semântica. E finalmente se abstraímos também das abstrações, e analisamos somente as relações entre as expressões, estamos na sintaxe. (CARNAP, 1938, p. 2)

O ponto importante aqui é que, tanto Morris quanto Carnap concordam, seja qual for a distinção feita entre semântica pura e pragmática pura, que a análise do significado em linguagens naturais necessariamente envolve considerações pragmáticas. E, da mesma forma, ambos reservam à pragmática, dentro do contexto mais amplo da semiótica, um espaço especial, afirmando que os signos de uma linguagem, para que possam referir os objetos do mundo e organizar-se como estrutura, dependem do uso que deles possa fazer o indivíduo. Então, a pragmática é caracterizada como a disciplina que estuda a relação dos signos com os seus usuários.

Esta forma de introduzir a pragmática, via semiótica, definida, em termos clássicos, como o estudo da relação entre os signos e os indivíduos que os interpretam, desenvolveu-se, na filosofia da linguagem, a partir de Grice (1957), Austin (1962) e Searle (1969) – a tradição dos atos de fala.⁴ Essa forma de pragmática valorizou o aspecto cognitivo e permitiu que começassem a ser explorados os estudos do uso da linguagem.

Assim, enquanto teorias fundamentadas em códigos sustentam uma espécie de pragmática da comunicação bastante modelada pela semântica, tendo no código um elemento indispensável, a teoria inferencial sustenta um processo que privilegia o raciocínio dos interlocutores dentro de um contexto.

As teorias inferenciais e dos códigos, embora não se oponham, parecem ser absolutamente distintas em seus propósitos. Uma das formas de abordar as relações e as diferenças entre ambas é o trabalho de Sperber e Wilson (1995)

⁴ Em 'Meaning', Grice (1957) estabelece a distinção entre significado do falante, através da concretização da sentença num contexto real, no domínio da pragmática, e significado da sentença, que é uma unidade teórica abstrata, pertencendo ao domínio da semântica. Austin (1962) introduziu na filosofia da linguagem a teoria dos atos de fala, onde reconhece a dimensão social ou interpessoal da linguagem nos atos de fazer promessas, fazer perguntas e dar ordens. A teoria dos atos de fala de Searle (1969) propõe que o uso da linguagem deveria especificar que tipos de atos podem ser realizados pelos falantes.

sobre a Teoria da Relevância, desenvolvendo uma aproximação entre essas duas abordagens, que não podem ser reduzidas uma à outra.

A idéia fundamental desta teoria, como enfatiza Silveira (2002), está no conceito de Relevância, de base cognitiva, numa perspectiva graduada e comparativa, que estabelece uma relação de equilíbrio entre o custo mental despendido e os efeitos contextuais alcançados ao ser processada uma informação. Tal conceito é construído a partir de uma propriedade básica da cognição humana: a de que normalmente prestamos atenção apenas aos fenômenos ou estímulos que nos parecem relevantes, buscando a Relevância máxima de uma informação, ou seja, maiores efeitos com o menor esforço justificável.

Essa característica, inerente à compreensão verbal e não-verbal, é chamada por Sperber e Wilson de princípio cognitivo, ao qual integra-se o princípio comunicativo da Relevância: “Todo ato de comunicação ostensiva carrega consigo a presunção de sua Relevância ótima” (1995, p. 158). Em outras palavras, numa visão de comunicação genuína e intencional, o estímulo ostensivo deve ser relevante o suficiente para atrair a atenção do ouvinte, focalizá-la na intenção do comunicador e revelar essa intenção, desencadeando um processo inferencial no destinatário.

A teoria dos autores fundamenta-se, assim, em duas propriedades indissociáveis: ostensão, por parte do comunicador (autor/falante) e inferência, por parte do receptor (leitor/ouvinte). A ostensão é o estímulo (enunciados lingüísticos ou estímulos sensório-perceptuais) utilizado para chamar a atenção, a fim de que se desenvolva no receptor um processo inferencial para a compreensão.

Para chegar à informação pretendida, é necessário selecionar um contexto – num nível de representações mentais que se tornam disponíveis durante o processo interpretativo – capaz de equilibrar o melhor possível o esforço mental em relação ao efeito a ser obtido. Desse modo, a interpretação será consistente com o princípio de Relevância e esse critério garante a interpretação adequada de um estímulo, seja ele de natureza sensório-perceptual ou lingüística.

Nessa teoria, então, é de fundamental importância o papel do contexto, entendido como um conjunto de suposições (informações) que vêm à mente

do indivíduo no processamento inferencial da informação. Tais suposições podem advir do ambiente físico, observável, através do código lingüístico ou de estímulos perceptuais, da memória enciclopédica, que armazena as nossas crenças e conhecimentos, e de raciocínios dedutivos.

Para Sperber e Wilson (1995), a compreensão no processo comunicativo inferencial implica um raciocínio lógico para derivar conclusões. Segundo os autores, as inferências espontâneas realizadas na comunicação diária, nas quais a dedução é um processo-chave, são caracterizadas como não-demonstrativas, sistemas globais de pensamento, em que há livre acesso à informação conceitualmente representada na memória. Constituindo processos cognitivos que combinam informação advinda dos sistemas de input com informação armazenada na memória para derivar conclusões, através da formação e confirmação de hipóteses, essas inferências seguem um cálculo lógico não-trivial, que não pressupõe premissas fixadas para derivar conclusões válidas. Tais conclusões não podem ser provadas, apenas confirmadas pela força das premissas, originada de várias fontes: percepção (através da visão, audição, tato, olfato, paladar), decodificação lingüística, suposições factuais e esquemas de suposições armazenados na memória e dedução.

De acordo com Silveira e Feltes (2002, p. 14), nessa abordagem,

o cálculo inferencial não-demonstrativo difere das inferências demonstrativas, que sofrem restrições lógicas, sob um formalismo rigoroso, e que são julgadas como válidas ou inválidas. A presente proposta caracteriza-se exatamente pela tentativa de fornecer uma descrição explanatoriamente justificada da comunicação humana, sem submeter-se às limitações da lógica padrão no tratamento de fenômenos da linguagem natural.

Desse modo, no mecanismo dedutivo humano apresentado por Sperber e WILSON, AS REGRAS (essencialmente de eliminação), ligadas a conceitos, interpretam e analisam o conteúdo das premissas. Em tais raciocínios, as suposições factuais são interpretadas no contexto específico em que se inscrevem, levando a conclusões válidas, através de julgamentos intuitivos, qualitativos e comparativos.

As implicações não-triviais derivadas do mecanismo dedutivo nessa abordagem computacional da comunicação são chamadas de efeitos contextuais, alcançados quando uma informação nova (derivada de sistemas de input) é processada no contexto das informações velhas, armazenadas na memória do ouvinte/leitor, resultando numa suposição relevante se alterar as suas crenças anteriores, o seu conhecimento de mundo. Há três tipos de efeitos contextuais, sempre considerados numa relação de equilíbrio com o esforço mental para alcançá-los: implicação contextual, derivando uma nova suposição; fortalecimento, que amplia ou fortalece uma suposição factual existente; e contradição, que elimina a mais fraca entre duas suposições contraditórias.

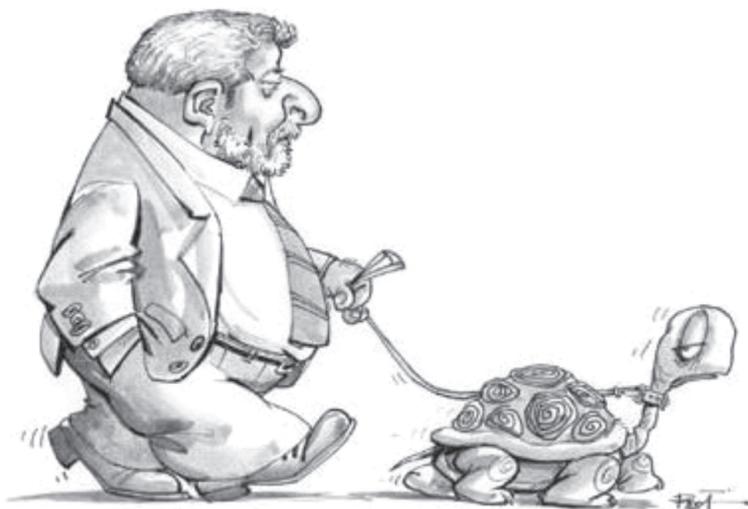
É nessa perspectiva teórica que passamos a explicar, em linhas gerais, como a imagem comunica, oferecendo algumas evidências do potencial explanatório, psicologicamente plausível, da proposta de Sperber e Wilson.

4 ANALISANDO A IMAGEM

Tomando, então, por base a Teoria da Relevância, apresentaremos um exemplo de texto constituído por imagens, a fim de ilustrarmos como se processa a compreensão inferencial a partir do estímulo visual. O objetivo é mostrar que o significado para a compreensão é construído essencialmente através de pistas contextuais nas quais a imagem é processada.⁵

O exemplo que segue é uma charge publicada no jornal *Gazeta do Povo* (PR), em 12 de abril de 2004, da autoria de Paixão. Trata-se de uma peça comunicativa que geralmente apresenta um fato cotidiano com pinceladas de humor ou ironia e forte dependência de informações, inseridas num contexto marcado preferencialmente pela atualidade.

⁵ Nessa análise ilustrativa, o contexto é construído de forma hipotetizada, de modo que, naturalmente, outras extensões (informações) contextuais seriam possíveis. Por outro lado, pode ocorrer o fato bastante comum de o leitor não alcançar a implicatura pretendida pelo chargista, o que não é problemático para o modelo, pois ele dá conta de explicar por que e como o processo comunicacional pode ser mal sucedido, já que a interpretação está vinculada aos diferentes conhecimentos de mundo dos indivíduos e às suas habilidades cognitivas.



Ao observarmos a charge, percebemos os estímulos ou inputs visuais:

- a caricatura do presidente brasileiro Lula;
- a figura de uma tartaruga na frente do presidente;
- uma coleira no pescoço da tartaruga;
- Lula, com uma mão no bolso, segura a coleira com a outra, e seus pés estão em movimento, ou seja, ele está caminhando;
- os pés da tartaruga também estão em posição de movimento.

Se analisássemos, do ponto de vista da semiótica peirceana, a imagem enquanto código visual, teríamos a caricatura do presidente e o desenho da tartaruga como ícones, representando por semelhança o Lula e o animal, e poderíamos destacar como índices: os pés do presidente, numa posição que indica ele estar caminhando, o mesmo ocorrendo com a tartaruga; a coleira na mão do presidente pode ser índice de que ele está segurando a tartaruga para esta não escapar; a postura de Lula, com a mão no bolso, pode indicar descontração, despreocupação; e também o fato de a tartaruga estar na frente seria um índice de que ela está caminhando mais rápido que o presidente. Além disso, é possível identificar em Lula, como presidente do Brasil, o símbolo de maior autoridade nacional.

Entenderíamos, então, que o presidente está passeando com uma tartaruga, levando-a pela coleira, e que o chargista criou as imagens numa

analogia com um cachorro quando passeia com seu dono; por outro lado, poderíamos ter uma comparação entre o ritmo da caminhada de Lula e o da tartaruga.

No entanto, a charge, compreendida desse modo, não estaria apresentando a sua característica básica, uma crítica, por tratar-se de um texto de opinião que sintetiza um momento da realidade na qual se inscreve Além disso, essa característica a torna intrinsecamente interpretativa, indo além da imagem, visto que há uma intenção informativa do autor a ser reconhecida como um ato de comunicação. Infere-se, portanto, a partir das imagens, que o comunicador está pretendendo apontar alguma crítica ao desempenho do governo brasileiro.

Em termos de Relevância, numa complementaridade de código visual e inferências, a partir dos inputs visuais que compõem a charge, podem ser acionadas informações da nossa memória enciclopédica, entre elas:

- 1) O presidente tem sido criticado por não estar fazendo o que prometeu ao povo brasileiro.
- 2) A tartaruga representa um animal que se caracteriza pela lentidão ao se locomover.
- 3) Cachorros costumam estar presos na coleira para não fugirem do dono enquanto passeiam.
- 4) A tartaruga na frente do presidente significa que está andando mais rápido do que ele.
- 5) O desempenho de Lula tem sido caracterizado pela morosidade nas ações governamentais.

Percebe-se que essas informações, possíveis de estarem armazenadas na memória dos brasileiros, no contexto atual, não foram explicitadas lingüisticamente, mas resgatadas, de modo implícito, do conhecimento de mundo. E tornam-se relevantes, já que são efeitos contextuais comunicativos e cognitivos alcançados com o menor esforço de processamento justificável em vista da acessibilidade das informações que formam o ambiente cognitivo do povo brasileiro.

Combinando-se as informações novas (visuais) com o contexto de informações mentais, ativado pelas imagens da charge, podemos concluir que:

- 6) Se a tartaruga, um animal muito lento para caminhar, está na frente do presidente, então está andando mais rápido que ele.
- 7) Se a tartaruga está andando mais rápido que o presidente, então ele praticamente não está se mexendo.
- 8) Se o presidente praticamente não está se mexendo, então as suas ações governamentais estão “paradas”.

A construção deste raciocínio inferencial pode ser explicada como segue: (i) uma informação nova – imagens da charge, (ii) processada no conjunto de suposições que constituem o contexto de informações velhas dos indivíduos – advindas do contexto sócio-político brasileiro, (iii) leva à implicação contextual (conclusão):

- 9) O presidente Lula não está tendo um desempenho satisfatório em suas ações governamentais, pois não está fazendo o que prometeu ao povo brasileiro.

Sem as informações contextuais sobre o cenário político-governamental, esse raciocínio não seria construído e a charge não passaria a mensagem pretendida, o que também confirma o argumento de Sperber e Wilson de que o ouvinte usa suas crenças, suposições factuais e esquemas de suposições na interpretação de informações.

Ressalta-se então que, indo além do estímulo visual, as informações contextuais disponíveis aos leitores são necessárias para a compreensão adequada do que o chargista propõe. Ou seja, as informações devem ser contextualizadas como premissas de um raciocínio interpretativo para que se atinja um processo de comunicação bem sucedida.

Assim sendo, e enfatizando-se o papel do contexto como um fato objetivo no enriquecimento inferencial da imagem, as suposições contextuais (1-5), somadas aos inputs visuais criados pelo chargista, transformaram-se em premissas (6-8) e derivaram (9) num cálculo não-trivial. Nesse raciocínio, evidencia-se, portanto, que os processos inferenciais centrais integram informação dos sistemas de input, neste caso visuais, com informação armazenada na memória para derivar conclusões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve aplicação da Teoria da Relevância às inferências possíveis de serem construídas a partir da charge aqui apresentada, mais especificamente de suas imagens, parece evidenciar a plausibilidade e validade dos mecanismos inferenciais humanos propostos por Sperber e Wilson (1995) para tratar do processamento da informação na comunicação espontânea e intencional. Entretanto, conforme salientamos, a análise realizada não se pretendeu completa ou sistemática, sobretudo porque outras interpretações seriam possíveis a partir das habilidades perceptuais e do conhecimento de mundo dos indivíduos, como propõe a teoria.

O objetivo foi mostrar percursos cognitivos plausíveis que elucidam a construção do contexto e do raciocínio inferencial para a compreensão, em contraponto à análise semiótica, que, centrada na imagem, restringe-se à identificação de ícones, índices e símbolo como signos comunicativos. Nesse sentido, pode-se observar que sem o contexto cognitivo das informações armazenadas na memória enciclopédica, no qual os apelos visuais da charge foram processados, não seria possível a construção de premissas e conclusões implicadas que levaram à sua interpretação.

No modelo teórico de Sperber e Wilson, então, as noções de contexto, sob o ponto de vista psicológico, de efeitos cognitivos e de esforço de processamento contribuem fortemente para explicar a compreensão dos indivíduos, a partir de estímulos lingüísticos ou sensório-perceptuais.

Os autores destacam particularmente, entre as várias fontes de força das suposições factuais, a dedução como um ponto crucial em inferências não-demonstrativas e não-triviais na formação das hipóteses interpretativas, confirmadas por operações não-lógicas através das evidências disponíveis. Como ressalta Silveira (1998), isso demonstra a posição não-reducionista dos autores, tanto no que se refere à integração de sistemas formais – precisos e explícitos – com os sistemas cognitivos da psicologia humana para tratar de raciocínios espontâneos, quanto no que diz respeito à visão complementar de código e inferência, focalizando o primeiro como um input para desencadear os processos inferenciais indissociáveis do fenômeno comunicacional genuíno.

Em tais inferências, os princípios de Relevância, de base cognitiva e comunicativa, governam o comportamento ostensivo e intencional do comunicador, possibilitando a compreensão do receptor ao operarem na seleção das suposições e do contexto, através da presunção de Relevância ótima, que implica a relação custo mental-benefício cognitivo, de modo equilibrado, nas suposições processadas.

Considerando, então, o papel fundamental do contexto em nossa análise, apresentamos, à luz da Relevância, um texto que comunica através de imagens, mas cuja interpretação, indo além dos inputs visuais, é construída por meio de inferências lógico-cognitivas.

Desse modo, é possível dizer que modelos fundamentados em código, como as abordagens semióticas, têm-se mostrado insuficientes do ponto de vista explanatório, já que uma habilidade cognitivo-interpretativa, não contemplada por esses modelos, passa a ser requerida para explicar a compreensão e, conseqüentemente, a comunicação que vai além do que é decodificado. É reforçada, assim, a idéia de que a interpretação de um texto (nesse artigo constituído por imagens caricaturadas) é altamente dependente do contexto, no sentido de que este intervém para recuperar adequadamente, através de processos inferenciais, a intenção pretendida pelo autor.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon, 1962.

CARNAP, R. **Logical foundations of probability**. London: Routledge and Kegan Paul, 1938.

CONTRERA, Malena Segura; HATTORI, Osvaldo Takaoki. **Publicidade e Cia**. São Paulo: Thompson, 2003.

ECO, U. **Semiótica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Ática, 1991.

GRICE, H.P. Meaning. **Philosophical Review**, n. 66, p.377-388, 1957. [Reimpr. In: STEINBERG, D.; JAKOBOVITS, L. (Eds.). **Semantics: an interdisciplinary reader**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.]

_____. Logic and Conversation. In: COLE; MORGAN (Eds.). **Syntax and Semantics**. New York: Academic Press, 1975. V. 3: Speech Acts

- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 1996.
- MORRIS, C. W. **Writings on the general theory of signs**. The Hague: Mouton, 1971.
- PEIRCE, Charles S. **Collected Papers**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1931-58.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. **A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.
- SEARLE, John R. **Speech Acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SILVEIRA, Jane R. Caetano. Relevância e inferência na novela brasileira. In: **5th International Congress of the International Society of Applied Psycholinguistics**, Porto, Portugal, 1998.
- _____. Teoria da Relevância: uma resposta à comunicação inferencial humana. In: IBAÑOS, Ana Maria; _____ (Orgs.). **Na interface semântica/pragmática: programa de pesquisa em lógica e linguagem natural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- _____; FELTES, Heloísa. **Pragmática e cognição: A textualidade pela relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: communication & cognition**. 2nd ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.
- _____. Pragmatics and Modularity. In: DAVIS (Ed.). **Pragmatics – a reader**. New York: Oxford University Press, 1991.

Recebido em 05/09/04. Aprovado em 30/11/04.

Title: The image: interpretation and communication

Author: Jane Rita Caetano da Silveira

Abstract: The purpose of the present article is to present some explanatory evidence of Sperber and Wilson's (1995) Relevance theory in the interpretative/communicative treatment of the image in counterpoint with semiotic studies based on Pierce (1938-1951), specifically in the semantic relation established between the sign and its object. In the illustrative analysis of a cartoon, according to Relevance, one emphasizes the fundamental significance of the cognitive context in the construction of inferential processes for understanding, while foregrounding the fact that interpretation, beyond the visual image, requires cognitive and perceptive capabilities that are not considered at the explanatory level of the semiotic theory, essentially based on the code.

Keywords: human communication; cognition; inferencial processes; visual image; semiotics.

Tître: L'image: interprétation et communication

Auteur: Jane Rita Caetano da Silveira

Résumé: L'objectif de cet article est celui de présenter quelques évidences descriptives de la Théorie de la Pertinence de Sperber et Wilson (1995), concernant le traitement interprétatif/communicatif de l'image, en opposition aux études sémiotiques fondés chez Peirce (1938-1951), surtout dans la relation sémantique établie entre le signe et son objet. Dans l'analyse illustrée d'une caricature, par la Pertinence, on donne de l'emphase à l'importance fondamentale du contexte cognitif dans la construction des procès d'inférence pour la compréhension, remarquant que l'interprétation, allant au-delà de l'image visuelle, réclame des habilités cognitives et perceptives, pas contemplées au niveau explicatif de la théorie sémiotique, fondée en code dans son essence.

Mots-clés: communication humaine; cognition; procès d'inférence; image visuelle; sémiotique.

Título: La imagen: interpretación y comunicación

Autor: Jane Rita Caetano da Silveira

Resumen: El propósito de este artículo es presentar algunas evidencias explicativas de la Teoría de la Relevancia de Sperber y Wilson (1995), en el tratamiento interpretativo / comunicativo de la imagen, en contrapunto a estudios semióticos fundamentados en Peirce (1938-1951), específicamente en la relación semántica establecida entre el signo y su objeto. En el análisis ilustrativo de una "charge" {chiste con representación pictórica y de carácter satírico}, por la Relevancia, se enfatiza la importancia fundamental del contexto cognoscitivo en la construcción de procesos de inferencias para la comprensión, subrayándose que la interpretación, si va más allá de la imagen visual, requiere habilidades cognoscitivas y perceptibles, no observadas en el ámbito explicativo de la teoría semiótica, esencialmente fundada en el código.

Palabras-clave: comunicación humana; cognición; procesos de inferencias; imágenes visuales; semiótica.